

M. M. Queiroz Leitão

- 6) Julho de 2008, na Faculdade de Direito da Universidade Católica, em Lisboa, da Doutora Maria da Glória Pinto Dias Garcia (*com co-arguição do currículo*).
- 7) Março de 2010, na Escola de Direito da Universidade do Minho, do Doutor Wladimir Brito.
- 8) Junho de 2011, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da Doutora Ana Maria Guerra Martins
- 9) Abril de 2012, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da Doutora Maria José Rangel Mesquita.
- 10) Maio de 2013, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, do Doutor José Casalta Nabais (não participou efectivamente na votação, por falta de membros externos)
- 11) Novembro de 2013, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, do Doutor Jónatas Machado
- 12) Novembro de 2013, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, do Doutor Vital Martins Moreira (não participou efectivamente por doença)
- 13) Dezembro de 2013, na Escola de Direito no Porto da Universidade Católica, do Doutor Rui Duarte Morais
- 14) Julho de 2016, na Faculdade de Direito da Universidade Católica, em Lisboa, do Doutor Rui Medeiros
- 15) 2017 – Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga - Doutor Joaquim Freitas da Rocha
- 16) ??? na Faculdade de Direito da Universidade Católica, Mário Aroso de Almeida

#### D) Concursos

Participou em 3 concursos para vaga de *Professor Auxiliar*

- 1) Outubro de 2015 - Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto (Doutora Catarina S. Botelho)
- 2) Julho de 2016 - Faculdade de Direito da Universidade Católica – Lisboa (Doutor Gonçalo Almeida Ribeiro)
- 3) Janeiro de 2017 - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – 1 vaga e 7 candidatos (Pedro Sanchez)

Participou em 17 júris de concurso para provimento de vagas de *Professor Associado*:

- 1) em Dezembro de 1998, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, de Professor Associado do 1.º Grupo (Direito Público), tendo-lhe cabido a apreciação do currículo do candidato único (Doutor João Caupers).
- 2) em Outubro de 2001, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de Professor Associado do 3.º Grupo (Ciências Políticas), tendo-lhe cabido a apreciação do currículo do candidato único (Doutor Casalta Nabais).



- 3) em Fevereiro de 2002, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, tendo-lhe cabido a apreciação do “Relatório” de um dos candidatos (Doutora Cristina Queiroz).
- 4) em Julho de 2003, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, de Professor Associado do 3.º Grupo (Ciências Jurídicas Gerais e Afins), com candidato único (Doutor Armando Marques Guedes).
- 5) em Novembro de 2003, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, de Professor Associado do 1.º Grupo (Direito Público), com três candidatos (Doutores Maria Lúcia Amaral, Jorge Bacelar Gouveia e Miguel Poiares Maduro).
- 6) em Janeiro de 2004, na Escola de Direito da Universidade do Minho, de Professor Associado de Ciências Jurídico-Públicas, com três candidatos (Doutores Pedro Bacelar de Vasconcelos, Wladimir Brito e Maria Regina Monteiro).
- 7) em Dezembro de 2006, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de Professor Associado do 3.º Grupo (Ciências Políticas), tendo-lhe cabido a apreciação do currículo do candidato único (Doutor Jónatas Machado).
- 8) em Fevereiro de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, de professor associado (“extraordinário”) do Doutor Mário Aroso de Almeida e do Doutor Azeredo Lopes, tendo-lhe cabido a apreciação do currículo do candidato Aroso de Almeida.
- 9) em Março / Junho de 2010, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, de 2 vagas, com 3 concorrentes (Doutores Luísa Neto, Paulo Adragão e António Francisco de Sousa).
- 10) em Abril / Julho de 2010, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 2 vagas, com 4 concorrentes (Doutores Maria José Rangel Mesquita, Jorge Reis Novais, Eduardo Baptista e Margarida Salema).
- 11) em Dezembro de 2011, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de Professor Associado na área de Ciências jurídico-Políticas, com dois concorrentes (Doutores João Carlos Loureiro e Pedro da Costa Gonçalves).
- 12) em Janeiro / Fevereiro de 2013, na Escola de Direito da Universidade do Minho, de Professor Associado de Ciências Jurídico-Políticas, para duas vagas, com cinco concorrentes (Alessandra Silveira, Andreia Sofia Oliveira, Cláudia Viana, Soraya Nour Sckell, David José Falcão)
- 13) em Janeiro 2014, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 4 vagas, com 8 concorrentes (Cristina Queiroz, David Duarte, Melo Alexandrino, Eduardo Baptista, Margarida Oliveira Martins, Miguel Nogueira de Brito, Fernando Loureiro Bastos, Luís Pinto de Sousa).
- 14) em Maio de 2015, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, de uma vaga para o Curso em Lisboa, com um concorrente (Pedro Chancerelle de Machete)
- 15) em Maio de 2015, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, de uma vaga para o Curso no Porto, com uma concorrente (Sofia Pais).
- 16) 2017 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 2 vagas, com 4 concorrentes (Miguel Nogueira de Brito, Fernando Loureiro Bastos, Luís Pereira Coutinho, Lourenço Vilhena de Freitas).
- 17) 2017– na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, de duas vagas para o Curso do Porto – Filipa Calvão e Raquel Carvalho





Integrou **10** júris de concurso para *Professor Catedrático*:

- 1) em Junho de 2005, no Departamento Autónomo de Direito da Universidade do Minho, na área de Ciências Jurídicas Públicas (com um único candidato - Doutor António Cândido de Oliveira).
- 2) em Abril de 2009, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, na área de Direito Público (duas vagas e três candidatos, Doutores Maria Lúcia Amaral, Jorge Bacelar Gouveia e Paulo Ferreira da Cunha)
- 3) em Julho de 2009, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto na área de Direito Público (com um único candidato – Doutor Luís Filipe Colaço Antunes).
- 4) em Julho de 2009, na Faculdade de Direito da Universidade Católica (três candidatos, Doutores Maria da Glória Garcia, Maria João Estorninho e Vasco Pereira da Silva).
- 5) em Novembro de 2011, na Escola de Direito da Universidade do Minho (com um único candidato – Wladimir Brito).
- 6) em Janeiro de 2012, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na área de Ciências Jurídico-Políticas (com uma vaga e três candidatos, Doutores Vasco Pereira da Silva, Jorge Bacelar Gouveia e José Fernandes Fontes Castelo Branco)
- 7) em Novembro de 2013, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na área de Ciências Jurídico-Políticas (com duas vagas e seis candidatos, em que foram propostos os Doutores Carlos Blanco Morais e Maria João Estorninho).
- 8) em Outubro de 2014 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (com um único candidato Vital Martins Moreira).
- 9) em Maio de 2015, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, de uma vaga para o Curso no Porto, com um concorrente (Manuel Afonso Vaz).
- 10) em Fevereiro de 2016, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (com dois candidatos, em que foi proposto o Doutor José Casalta Nabais)

Participou em *três* júris de provas públicas no Ensino Politécnico, na área do Direito:

- 1) em Dezembro de 2002, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Tomar, para Professor Coordenador (com um único candidato, o Lic. Manuel Baeta Neves);
- 2) em Julho de 2005, Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar, para Professor Adjunto, com dois candidatos;
- 3) em Julho de 2007, na Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, para Professor Coordenador (com uma única candidata, Doutora Cláudia Viana).

E) Pareceres académicos

- Abril de 2007, Parecer sobre relatório apresentado para efeitos de nomeação definitiva do Doutor Luís Filipe Colaço Antunes como Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP);
- Abril de 2008, Parecer sobre relatório apresentado para efeitos de nomeação definitiva

- da Doutora Maria Luísa Alves Neto como Professora Auxiliar da FDUP;
- Janeiro de 2009, Parecer sobre a proposta de concessão do grau de doutor *honoris causa* ao Prof. Doutor Eduardo García de Enterría y Martínez-Carande pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto;
  - Abril de 2010, Parecer sobre o Relatório da Doutora Benedita Urbano, para efeitos de contratação por tempo indeterminado como Professora Auxiliar.
  - Março de 2014, Parecer sobre o Relatório da Doutora Suzana Tavares da Silva, para efeitos de contratação por tempo indeterminado como Professora Auxiliar.
  - Julho de 2015, Parecer sobre o Relatório da Doutora Fernanda Paula Oliveira, para efeitos de contratação por tempo indeterminado como Professora Auxiliar.
  - Março de 2016, Parecer sobre o Relatório da Doutora Ana Raquel Gonçalves Moniz, para efeitos de contratação por tempo indeterminado como Professora Auxiliar.
  - Outubro 2016 – Parecer sobre o Relatório da Doutora Benedita Mac Crorie para efeitos de contratação por tempo indeterminado como Professora Auxiliar.
  - Julho de 2017 – Parecer sobre o Relatório da Doutora Paula Veiga para efeitos de contratação por tempo indeterminado como Professora Auxiliar.

#### F) Outras actividades universitárias

Integrou, desde o ano lectivo de 1991/92 até ao ano lectivo 1998/99, o Júri Permanente dos Exames de equivalência a licenciatura (interrogando sobre matéria de Direito Constitucional e de Direito Administrativo).

Foi membro, de 2006 a 2009, do Conselho Consultivo da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo até então pertencido, como convidado, à Comissão Científica de apoio ao Curso de Direito, de 1993 a 1995, e, de 1995 a 2006, ao Conselho Científico do Departamento Autónomo de Direito, depois transformado na Escola de Direito.

Foi membro do Conselho Científico do Instituto Superior Bissaya Barreto, de Coimbra, de Janeiro de 1995 até Outubro de 1999, tendo exercido as funções de seu Presidente de Janeiro de 1998 a Outubro de 1999.

Pertenceu à Comissão Instaladora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, nomeada em Março de 1996, onde desempenhou funções a título gracioso até à posse dos órgãos eleitos, em Novembro de 1999.

Para a realização de trabalhos de investigação:

a) foi bolseiro do Instituto de Alta Cultura, enquanto membro do Grupo de Estudos de Direito Público da Faculdade de Direito de Coimbra (de 1972 a 1974), sob a direcção do Prof. Doutor Rogério Soares. Recebeu ainda uma bolsa da *Fullbright Commission* para a participação em 1978 num curso de 2 semanas sobre Direitos Humanos no *Salzburg Seminar on American Studies*.

b) estadas científicas no estrangeiro:

- na Universidade de Tübingen (1976-1977), ao cuidado do Prof. Doutor Otto



Bachof, como bolsheiro do *Deutscher Akademischer Auslandsdienst* (DAAD),  
- na Universidade de Bonn (1981-1982), ao cuidado do Prof. Doutor Fritz Ossenbühl, como bolsheiro da *Alexander v. Humboldt-Stiftung* (AvH),  
- em Berlim (Junho e Julho 2000), com o Prof. Doutor Christian Tomuschat, como bolsheiro da *Alexander v. Humboldt-Stiftung* (AvH)

Foi orientador, desde 1996, de 40 teses de mestrado científico (31 pré-Bolonha) e de 15 teses de doutoramento apresentadas a provas com sucesso (e 3 ainda não defendidas).

- Integrou o Júri Final do *National Moot Court Competition* em Direito Administrativo, no dia 3 de Maio de 2014, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- Integra o Júri Final do *National Moot Court Competition* em Direito Constitucional, no dia 3 de Maio de 2017, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

V

Tarefas de gestão universitária

Na Universidade de Coimbra integrou, com o Vice-Reitor, Prof. Doutor Rogério Soares, e o Prof. Doutor Pinho Brojo, o grupo de trabalho que elaborou em Novembro e Dezembro de 1971 um projecto de Regulamento dos Serviços Sociais da Universidade.

Na Faculdade de Direito foi membro eleito do Conselho Directivo no ano lectivo de 1984-1985, do Conselho Pedagógico em 1985-1986 e 1986-1987, e pertence à Assembleia de Representantes desde 1984, com excepção do ano de 1994/95. Presta apoio jurídico ao Conselho Científico na área de direito administrativo, designadamente em matéria de concursos. Foi de Outubro de 2004 a Outubro de 2007 Vice-Presidente do Conselho Científico.

Presidiu ao júri das Provas Especiais de Acesso ao Ensino Superior para o ano lectivo de 1993/1994, bem como à Comissão Coordenadora das Provas Específicas de Acesso relativas ao mesmo ano.

Foi Presidente da Assembleia Estatutária da Faculdade de Direito, que elaborou os Estatutos da Faculdade, no âmbito do processo de reestruturação universitária (2008-2009).

Foi em 2014 membro da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Docentes para o triénio 2011-2013.

Foi membro eleito da Assembleia de Faculdade (2009-2011; 2011-2013; 2013-2015; 2015-2017), em representação do corpo docente.

É membro eleito do Conselho Científico da Faculdade de Direito desde 2009, reeleito em 2011, 2013, 2015 e 2017.

Foi, de Maio a Dezembro de 2000 e de Novembro de 2002 a Janeiro de 2004, membro eleito do Senado da Universidade, em representação do corpo docente doutorado da Faculdade de Direito.

Foi membro eleito da Assembleia da Universidade, em representação do corpo docente doutorado da Faculdade de Direito, de 1994 a 2002 e de 2003 a 2008.

Foi membro eleito do Conselho Geral da Universidade, desde Setembro de 2010, reeleito em 2012 até Dezembro de 2016.

Colaborou pontualmente com a Reitoria da Universidade de Coimbra, a título informal e gratuito, tendo elaborado, entre 1994 e 1998, e depois, entre 2007 e 2008, vários pareceres em matérias de "direito académico" (propinas, doutoramentos, júris de concurso, gestão universitária, RJIES, etc.), bem como, entre 2006 e 2008, com a Faculdade de Medicina.

Foi instrutor de três processos disciplinares, instaurados a dois funcionários e a um docente, bem como de um procedimento disciplinar especial.

## VI

### Actividades jurídicas profissionais e cívicas

Realizou o estágio de advocacia de 1974 a 1976, tendo solicitado a suspensão da sua inscrição na Ordem dos Advogados.

Exerce a actividade de jurisconsulto e, nessa qualidade, é autor de mais de duas centenas de pareceres jurídicos em matérias de Direito Constitucional e de Direito Administrativo.

Proferiu conferências ou intervenções em colóquios e cursos sobre temas de Direito Constitucional e Administrativo, das quais se destacam:

- 1) Abril de 1981 - "Os direitos fundamentais nas relações entre particulares" - Porto, Colóquio, Universidade Católica Portuguesa.
- 2) Abril de 1982 - "Aspectos da revisão constitucional", Sintra, Colóquio, Instituto Democracia e Liberdade.
- 3) Março de 1985 - "O ordenamento jurídico administrativo português", Braga, Associação

- Jurídica de Braga.
- 4) Fevereiro de 1986 - "Supletividade do Estado e desenvolvimento", Lisboa, Colóquio, Universidade Católica Portuguesa.
  - 5) Janeiro de 1988 - "Os direitos fundamentais na revisão constitucional", Bragança, Colóquio, Instituto D. João de Castro.
  - 6) Fevereiro de 1988 - "Os direitos fundamentais dos administrados", Lisboa, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.
  - 7) Abril de 1989 - "Os direitos fundamentais e a Administração Pública", Lisboa, Instituto de Estudos Políticos.
  - 8) Outubro de 1990 - "A Constituição", Coimbra, Conselho Directivo do Liceu D. Maria (para alunos do 12º ano).
  - 9) Novembro de 1991 - "O dever de fundamentação dos actos administrativos", Porto, Comissão de Coordenação Regional do Norte.
  - 10) Novembro de 1991 - "Os direitos fundamentais e a procriação assistida", Coimbra, Colóquio, Centro de Direito Biomédico.
  - 11) Março de 1992 - "O acto administrativo no Código do Procedimento Administrativo", Braga, Associação Jurídica de Braga.
  - 12) Abril de 1992 - "As novas regras para a actividade administrativa", Coimbra, Colóquio, Centro de Estudos e Formação Autárquica.
  - 13) Maio de 1992 - "A revogação dos actos administrativos", Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
  - 14) Junho de 1992 - "O Tratado da União Europeia e a Constituição portuguesa", Lisboa, Colóquio, Associação Portuguesa de Direito Constitucional.
  - 15) Julho de 1992 - "O dever de fundamentação dos actos administrativos e dos actos políticos", Funchal, Ordem dos Advogados, Região Autónoma da Madeira.
  - 16) Dezembro de 1992 - "A hermenêutica constitucional - a Constituição como sistema aberto de regras e princípios", Belo Horizonte, Colóquio, Faculdade de Direito Federal de Minas Gerais, Brasil.
  - 17) Abril de 1993 - "A actividade administrativa no Código do Procedimento Administrativo" - Coimbra, Faculdade de Direito.
  - 18) Abril de 1993 - "O direito à saúde como direito fundamental", Coimbra, Centro de Estudos de Bioética.
  - 19) Maio de 1993 - "Direitos fundamentais e Administração Pública", Porto, Colóquio, Universidade Lusíada.
  - 20) Maio de 1993 - "Legitimidade da justiça constitucional e princípio da maioria", Lisboa, Colóquio, X Aniversário do Tribunal Constitucional.
  - 21) Junho de 1993 - "O Código do Procedimento Administrativo", Coimbra, Curso de Registos e Notariado, Faculdade de Direito de Coimbra.
  - 22) Novembro de 1993 - "O serviço público de televisão", Coimbra, Congresso, Instituto Jurídico da Comunicação, Faculdade de Direito de Coimbra.
  - 23) Abril de 1994 - "A irradiação da Constituição para a ordem legislativa", Lisboa, Jornadas de Direito Constitucional (no 20º aniversário da Constituição), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
  - 24) Maio de 1994 - "A revisão de actos administrativos no direito português", Madrid, I



- Colóquio Hispano-Luso de Direito Administrativo, Universidade Complutense.
- 25) Janeiro de 1995 - "Os direitos da pessoa e a comunicação social numa perspectiva jurídica", Lisboa, Colóquio, Fundação Calouste Gulbenkian.
- 26) Fevereiro de 1995 - "O princípio da supletividade no ensino: o caso português", Porto, Colóquio, Universidade Católica Portuguesa.
- 27) Março de 1995 - "O acto administrativo no Código do Procedimento Administrativo", Lisboa, Instituto Nacional de Administração.
- 28) Abril de 1995 - "Os direitos fundamentais e a comunicação social", Macau, Universidade de Macau.
- 29) Abril de 1995 - "Comunicação Social e Direito", Coimbra, Instituto Superior Bissaya Barreto.
- 30) Maio de 1995 - "Linhas gerais da evolução do direito constitucional português" (para assessores do Tribunal Constitucional Federal alemão), Coimbra, Faculdade de Direito.
- 31) Maio de 1995 - "O âmbito da jurisdição administrativa", Lisboa, II Colóquio Hispano-Luso de Direito Administrativo", Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 32) Novembro de 1995 - "A evolução do sistema do contencioso administrativo português", Lisboa, Instituto Nacional de Administração [tema retomado, com actualizações, em Maio e Novembro de 1996, no INA, bem como em Setembro e Novembro de 1996 e em Maio de 1998, no Instituto de Gestão e Administração Pública (Porto)].
- 33) Março de 1996 - "As recentes alterações ao Código do Procedimento Administrativo", Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica.
- 34) Abril de 1996 - "As alterações na vida da Administração Pública decorrentes da aplicação do Código do Procedimento Administrativo", Porto, Instituto de Gestão e Administração Pública.
- 35) Abril de 1996 - "A irradiação da Constituição para a ordem legislativa", Lisboa, Jornadas de Direito Constitucional, XX Anos da Constituição, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 36) Maio de 1996 - "O rigor da notícia", Porto, Alta Autoridade para a Comunicação Social / Observatório da Imprensa.
- 37) Setembro de 1996 - "Os direitos fundamentais e a comunicação social", Cuiabá, Universidade de Cuiabá; S. Paulo, UNICID; Rio de Janeiro, Centro Académico Cândido de Oliveira.
- 38) Março de 1997 - "Procedimento Administrativo: audiência prévia e reapreciação de actos administrativos negativos", Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.
- 39) Junho de 1997 - "Os direitos de informação dos administrados como direitos fundamentais", Macau, Centro de Formação de Magistrados.
- 40) Outubro de 1997 - "Panorama geral da responsabilidade 'civil' da Administração Pública", III Colóquio Hispano-Luso de Direito Administrativo, Facultad de Derecho de Valladolid.
- 41) Janeiro de 1998 - "A liberdade de ensino e o papel do Estado no ensino superior", Coimbra, Instituto Superior Bissaya Barreto.
- 42) Abril de 1998 - "Metodologia e pedagogia nas Faculdades de Direito do Século XXI" - Colóquio sobre "As Faculdades de Direito no Século XXI - Que perspectivas?", Coimbra,





- Faculdade de Direito (organizado por alunos).
- 43) Agosto/Setembro de 1998 – “A evolução do direito português da responsabilidade civil pública” – João Pessoa; Salvador; Cuiabá; S. Paulo (USP); Rio de Janeiro.
  - 44) Setembro de 1998 – “Os regulamentos e a competência regulamentar municipal” – Seminário sobre “Regulamentos Urbanísticos Municipais”, Coimbra, CEFA.
  - 45) Novembro de 1998 – “O princípio da administração aberta e a sua consagração constitucional” – Seminário sobre “O direito de acesso aos documentos administrativos”, Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte.
  - 46) Janeiro de 1999 – “O internamento compulsivo e os direitos fundamentais dos portadores de anomalia psíquica” – Colóquio sobre “A lei de saúde mental e o internamento compulsivo”, Coimbra, Centro de Direito Biomédico e Instituto de Medicina Legal de Coimbra.
  - 47) Maio de 1999 – “A comunicação social como liberdade, como direito e garantia e como poder”, Lisboa, Universidade Católica.
  - 48) Junho de 1999 – “A justiça administrativa em Portugal”, Coimbra, Ordem dos Advogados.
  - 49) Setembro de 1999 – “Os direitos fundamentais das pessoas portadoras de deficiência”, Coimbra, APPACDM.
  - 50) Setembro de 1999 – “Os tribunais e os direitos fundamentais”, Coimbra, Curso de preparação de ingresso no CEJ, I. S. Bissaya Barreto.
  - 51) Fevereiro de 2000 – “Comentários ao Anteprojecto de Reforma do Contencioso Administrativo”, Lisboa, Sessão de Abertura da Discussão Pública, Ministério da Justiça.
  - 52) Fevereiro de 2000 – “Justice constitutionnelle et pouvoir législatif au Portugal”, Florença, Università degli Studi di Firenze, Facoltà di Giurisprudenza.
  - 53) Março de 2000 – “Âmbito e limites da jurisdição administrativa”, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
  - 54) Maio de 2000 – “Os direitos fundamentais na Constituição e na lei”, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
  - 55) Abril de 2001 – “Os direitos dos consumidores como direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976”, Santiago de Compostela, Faculdade de Direito (Semana Xurídica Portuguesa).
  - 56) Maio de 2001 – “Os direitos fundamentais dos consumidores”, Coimbra, II Seminário “O tribunal e os direitos dos consumidores”, DECO e Conselho Superior da Magistratura.
  - 57) Maio de 2002 – “Os direitos fundamentais sociais na jurisprudência do Tribunal Constitucional português”, Porto Alegre, “Congresso Internacional: Os desafios contemporâneos dos direitos fundamentais sociais”, PUC, Rio Grande do Sul.
  - 58) Maio de 2002 – “Limites e protecção dos direitos fundamentais sociais”, Porto Alegre, idem.
  - 59) Maio de 2002 – “Os Juizes e os Direitos Fundamentais das Pessoas”, Porto Alegre, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
  - 60) Junho de 2002 – “O princípio da legalidade e a autonomia da vontade na contratação pública”, Universidade de Barcelona, V Congreso Luso-Hispano de profesores de Derecho Administrativo: “La contratación pública en el horizonte de la integración europea”.
  - 61) Julho de 2002 – “A tutela cautelar no Código de Processo nos Tribunais



- Administrativos”, Viana do Castelo, IV Seminário de Justiça Administrativa (CEJUR/CJA).
- 62) Julho de 2002 – “O Ministério Público na Reforma da Justiça Administrativa”, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 63) Novembro de 2002 – “Âmbito da jurisdição administrativa na nova Reforma”, Faculdade de Direito da Universidade Católica, no Porto; Idem, na Faculdade de Direito da Universidade Católica, em Lisboa.
- 64) Novembro de 2002 – “Educação: liberdade fundamental e direito social”, Fórum para a Liberdade de Educação, Lisboa.
- 65) Dezembro de 2002 – “O modelo alemão de justiça administrativa”, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- 66) Março de 2003 – “O actual enquadramento jurídico das Universidades públicas portuguesas”, AGUNP - Associação de Gestores das Universidades Portuguesas, Coimbra.
- 67) Abril de 2003 – “Educação: liberdade fundamental e direito social”, Fórum para a Liberdade de Educação, Coimbra.
- 68) Maio de 2003 – “A acção administrativa comum no processo administrativo”, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- 69) Maio de 2003 – “A acção administrativa especial – pedidos impugnatórios” – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- 70) Maio de 2003 – “O Acesso ao Direito e a Cidadania”, II Semana do Advogado, Ordem dos Advogados, CCB, Lisboa.
- 71) Junho de 2003 – “Providências cautelares na justiça administrativa reformada” – Faculdade de Direito da Universidade Moderna, Setúbal.
- 72) Julho de 2003 – “A execução de sentenças no novo contencioso administrativo” – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 73) Outubro de 2003 – “A acção administrativa comum” – Seminário sobre a tutela ambiental na nova justiça administrativa – FLAD, Lisboa.
- 74) Novembro de 2003 – “Constituição e âmbito da jurisdição na reforma do contencioso administrativo” – TACF e CDOAM, Funchal.
- 75) Novembro de 2003 – “A acção administrativa comum” – U. Católica – Porto.
- 76) Dezembro de 2003 – “Os Direitos fundamentais no século XXI” – VIII Congresso Iberoamericano de Derecho Constitucional – Sevilha.
- 77) Janeiro de 2004 – “A acção administrativa comum” – Universidade do Minho – Braga.
- 78) Fevereiro de 2004 – “Providências cautelares na jurisdição administrativa” – U. Católica – Lisboa.
- 79) Fevereiro de 2004 – “Algumas ideias-força da reforma da jurisdição administrativa” – U. Católica – Lisboa.
- 80) Fevereiro de 2004 – “O acto administrativo como factor de densificação da justiça administrativa” – Universidade do Porto – Porto.
- 81) Março de 2004 – “Processos cautelares na jurisdição administrativa” – U. Católica – Porto.
- 82) Março de 2004 – “A acção administrativa especial - pretensões condenatórias” – Universidade de Coimbra.
- 83) Março de 2004 – “Linhas gerais da reforma da justiça administrativa” – Associação Nacional de Gestores das Universidades Públicas (ANGUP), Coimbra.





- 84) Julho de 2004 – “Processos administrativos urgentes e processos cautelares relativos a contratos públicos” – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 85) Novembro de 2004 – “O Direito e as palavras” – “Archivum et jus” – Arquivo da Universidade de Coimbra.
- 86) Novembro de 2004 – “Comunicação social e direitos pessoais” – Curso de Direito da Comunicação Social – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 87) Dezembro de 2004 – “O direito fundamental ao mínimo para uma existência condigna” – Conferência de Outono sobre “Direitos Económicos, Sociais e Culturais” – *Jus Gentium Conimbrigae* – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- 88) Dezembro de 2004 – “A acção administrativa comum” – U. Católica – Porto.
- 89) Janeiro de 2005 – “Os processos cautelares” – U Católica – Lisboa.
- 90) Fevereiro de 2005 – “Processos urgentes e cautelares” – CEJ – Lisboa.
- 91) Junho de 2005 – “Liberdade de expressão e direitos da pessoa” – Encontros “O direito e a cooperação ibérica” – Centro de Estudos Ibéricos – Câmara Municipal da Guarda.
- 92) Junho de 2005 – “O novo paradigma da justiça administrativa em Portugal” – Centro de Formação Jurídica e Judiciária – Macau.
- 93) Julho de 2005 – “O Rendimento Social de Inserção como concretização do direito ao mínimo para uma existência condigna” – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 94) Outubro de 2005 – “Constituição e Educação” – Associação Portuguesa do Direito à Educação – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 95) Janeiro de 2006 – “Processos urgentes” – U Católica – Lisboa.
- 96) Abril de 2006 – “30 anos da Constituição de 1976: as revisões constitucionais” – Sociedade de Geografia – Instituto Democracia e Liberdade – Lisboa.
- 97) Abril de 2006 – “A constituição de 1976 e a justiça” – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 98) Outubro de 2006 – “Direitos fundamentais e direito do desporto” – II Congresso do Direito do Desporto, Porto.
- 99) Novembro de 2006 – Discurso de elogio dos doutorandos, na cerimónia de imposição de insígnias de José Casalta Nabais et alii, U. de Coimbra.
- 100) Novembro de 2006 – “Os direitos fundamentais” – conferência proferida na sessão comemorativa dos XXX anos da Constituição pelo Tribunal Constitucional, Lisboa.
- 101) Dezembro de 2006 – “Marcello Caetano e a justiça administrativa” – participação numa Jornada de Estudo em homenagem ao Prof. Marcello Caetano, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 102) Dezembro de 2006 – “Estado Garantia: o Estado Social do século XXI?” – comentário na 1.ª Sessão dos “Encontros dos Jerónimos”, Revista Nova Cidadania.
- 103) Janeiro de 2007 – “Processos urgentes no novo processo administrativo” – U Católica – Lisboa.
- 104) Março de 2007 – “O futuro da Europa e a participação dos cidadãos” – Convenção Europeia do CDS/PP – Lisboa.
- 105) Maio de 2007 – “O papel do juiz administrativo na defesa dos direitos, liberdades e garantias”, CEJ – Lisboa.
- 106) Junho de 2007 – “A identidade do sector social” – VIII Congresso Nacional das Misericórdias, Braga.



- 107) Janeiro de 2008 – “Administração Pública e contrato administrativo” – Colóquio de abertura do I Curso da Contratação Pública – CEDIPRE, FDUC, Coimbra.
- 108) Abril de 2008 – “O âmbito objectivo do Código dos Contratos Públicos” – Colóquio organizado pela PLMJ, Lisboa
- 109) Abril de 2008 – “Processos cautelares no actual processo administrativo” – U Católica – Lisboa.
- 110) Maio de 2008 – “Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa” – Colóquio sobre o novo Regime da Responsabilidade Civil do Estado e demais Entidades Públicas – CEDIPRE/FDUC, Coimbra.
- 111) Julho de 2008 – “Os desafios actuais da justiça administrativa portuguesa: o juiz administrativo perante a lei, o governo e a Administração pública” – Conferência de encerramento do Curso – CEJ, Lisboa.
- 112) Abril de 2009 – “Direito da educação: questões constitucionais e questões administrativas” – Colóquio sobre Justiça Administrativa e direitos administrativos especiais, organizado pela Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal, Lisboa.
- 113) Setembro de 2009 – “Direitos fundamentais e desporto profissional” – IDET – Coimbra
- 114) Outubro de 2009 – “Imprensa tablóide, revistas da sociedade e “do coração” e reserva da vida privada” – III Conferência da ERC, Gulbenkian, Lisboa
- 115) Outubro de 2009 – “Os novos desafios aos juízes administrativos” – TCA-Sul, Lisboa.
- 116) Outubro de 2009 – “Âmbito da justiça administrativa” – FDUL, Lisboa.
- 117) Abril de 2010 – “A laicidade e o direito do Estado” – Colóquio sobre “Laicidade e Estado”, FDUL, Lisboa
- 118) Maio de 2010 – “A responsabilidade civil extracontratual do Estado” – IPCA, Barcelos.
- 119) Novembro de 2010 – “A Justiça Administrativa, hoje” – Escola de Direito – Universidade do Minho
- 120) Novembro de 2010 – “A responsabilidade do Estado na execução de sentenças administrativas” – FDUL, Lisboa
- 121) Dezembro de 2010 – “O Estado Social Europeu do século XX: a perspectiva dos direitos sociais” – Colóquio “As Reformas Jurídicas de Macau no contexto global” – Centro de Estudos Jurídicos, Macau
- 122) Abril de 2011 – “Revisitação do consenso constitucional” – Conclusões do Colóquio Comemorativo dos 35 anos da Constituição – Tribunal Constitucional, Lisboa
- 123) Maio de 2011 – “Problemáticas no âmbito dos concursos da carreira docente universitária” – Colóquio sobre Direito Universitário - O novo quadro jurídico das Universidades públicas, FDUL, Lisboa.
- 124) Julho de 2011 – “Existe um direito à arbitragem no direito administrativo?” – V Congresso do Centro de Arbitragem Comercial, Lisboa
- 125) Outubro de 2011 – “Responsabilidade do Estado por actos legislativos” – V Jornadas Jurídicas Luso- Espanholas – FDUC, Coimbra
- 126) Novembro de 2011 – “O direito administrativo sob a influência dos direitos fundamentais” – Colóquio sobre “O Direito administrativo português sob a influência do direito internacional e europeu e dos direitos fundamentais”, organizado pela Associação





- dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal – Auditório da FDUC, Coimbra
- 127) Maio de 2012 – “Os direitos fundamentais em tempos de crise económica e financeira” – Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- 128) Maio de 2013 – “A Administração Pública do século XXI no novo Código do Procedimento Administrativo” - XI Seminário “Reflexos da Actividade Jurídica no Município do Porto” – Câmara Municipal do Porto.
- 129) Maio de 2013 – “O alcance dos direitos sociais e económicos na CRP: questões actuais” – República do Direito, Coimbra
- 130) Maio de 2013 – “O projecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo” – CEDIPRE – Faculdade de Direito de Coimbra.
- 131) Junho de 2013 – Anulação e revogação de actos administrativos no projecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo” – Ministério da Justiça - Lisboa
- 132) Junho de 2013 – “A responsabilidade do Estado por danos causados no exercício da função político-legislativa” – Faculdade de Direito da USP – São Paulo, Brasil
- 133) Junho de 2013 – “Os direitos fundamentais dos militares” – OAB - Ordem dos Advogados Brasileiros - São Paulo, Brasil
- 134) Outubro de 2013 – “Os tribunais arbitrais e a Constituição” – III Encontro Internacional de Arbitragem de Coimbra – Coimbra
- 135) Janeiro de 2014 – “A justiça administrativa no século XXI” – Colóquio por ocasião do X Aniversário do tribunal Central Administrativo do Norte – Porto
- 136) Março de 2014 – “O papel do Estado e da Sociedade na Socialidade” – Colóquio SPES – Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra.
- 137) Abril de 2014 – Os poderes e a actuação do juiz no CPTA revisto – Centro de Estudos Judiciários, Lisboa
- 138) Abril de 2014 – A revisão do CPTA - Processos cautelares - Associação de Juízes da Jurisdição Administrativa e Fiscal - Universidade do Porto
- 139) Abril de 2014 – Direito Administrativo – Memória e Prospectiva – Conferências do Centenário do BFDUC – Universidade de Coimbra
- 140) Outubro de 2014 – O novo regime da invalidade administrativa – Congresso Almedina, Lisboa
- 141) Outubro de 2014 – “The Future of the Constitutional Welfare State in Europe from the Portuguese Perspective” – X. Congresso SIPE (Association of European Public Law).- Atenas
- 142) Fevereiro de 2015 – As providências cautelares no projecto de revisão do CPTA – CEJ – Lisboa
- 143) Fevereiro de 2015 – As alterações ao regime do regulamento e do acto administrativo na revisão do CPA em 2015 – IGAP – Porto
- 144) Março de 2015 – “Limites constitucionais à flexibilização do pessoal funcionário em Portugal” – Jornadas “Como hay que reformar en las Administraciones Públicas para garantizar el Estado Social de Derecho?” – Universidade de Granada – Granada
- 144) Março de 2015 – “Validade, eficácia e invalidade do acto administrativo no CPA revisto” – Faculdade de Direito - Universidade de Lisboa

- 145) Março de 2015 – “Invalidade e anulação do acto administrativo no CPA revisto” – CEJ - Lisboa
- 146) Abril de 2015 – “A revisão do Código do Procedimento Administrativo” – Associação Jurídica de Braga – Braga
- 147) Abril de 2015 – “Invalidade do acto administrativo no CPA revisto” – Faculdade de Direito - Universidade de Lisboa - Lisboa
- 148) Abril de 2015 – “ A recente reforma do procedimento administrativo português” – Seminário Internacional Luso-Espanhol “Instrumentos para melhorar a eficiência do sector público” – Faculdades de Direito de Coimbra /Granada / Sevilha – Coimbra
- 149) Maio de 2015 – “Regulação, resolução de litígios e arbitragem de danos” – Colóquio “Regulação e consumidor: problemas actuais e desafios” – IJ/ Cedipre/ BBS - Banco de Portugal – Lisboa
- 150) Maio de 2015 – “Estado Social” – Conferências Constituintes – Observador – Coimbra
- 151) Setembro de 2015 – “Direitos dos Utentes da Saúde” – Colóquio sobre Direitos dos Utentes e Regulação em Saúde – V Fórum ERS (Entidade Reguladora da Saúde) – Porto
- 152) Dezembro de 2015 – “Princípios gerais do direito administrativo” – II Congreso Internacional de la RIDE (Red Internacional de Derecho Europeo) – Coimbra
- 153) Janeiro de 2016 – “Direitos Fundamentais e Constitucionalismos” – IX Encontro de Professores de Direito Público – Universidade Católica – Lisboa
- 154) Fevereiro de 2016 – Demolição de construções ilegais como “ultima ratio”: demolição e legalização: critérios e limites” – CEJ – Lisboa
- 155) Abril de 2016 – As recentes alterações ao CPA – Uria e Menéndez – Lisboa
- 156) Maio de 2016 – As recentes alterações ao CPTA – Uria e Menéndez – Lisboa
- 157) Junho de 2016 – A condenação à prática do acto devido no CPTA – Universidade Católica – Porto
- 158) Junho de 2016 – A invalidade do acto administrativo no CPA revisto – Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa – Lisboa
- 159) Outubro de 2016 – As opções constituintes em matéria de direitos fundamentais – Universidade Católica – Porto
- 160) Novembro de 2016 - Os desafios do constitucionalismo no século XXI - 40 Anos da Constituição Faculdade de Direito Universidade Católica - Lisboa
- 161) Novembro de 2016 - Constituição: porquê e para quê? - 40 Anos da Constituição Faculdade de Direito Universidade de Coimbra – Coimbra
- 162) Dezembro de 2016 - Impugnação e condenação à prática de actos administrativos no CPA revisto” – Faculdade de Direito - Universidade de Lisboa – Lisboa
- 163) Fevereiro de 2017 – Âmbito da justiça administrativa – Colóquio A justiça Administrativa: presente e futuro – CEJ / U. Nova de Lisboa – Lisboa
- 164) Maio de 2017 – Novas formas de descentralização e novas atribuições das autarquias locais - Colóquio 40 Anos do Poder Local – CEDOUA / IJ Faculdade de Direito Universidade de Coimbra – Coimbra
- 165) Resolução bancária e controlo jurisdicional – Controlo jurisdicional pelos tribunais comuns e reserva de jurisdição dos tribunais administrativos – Acção de Formação CEJ - Lisboa